

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

**CAPÍTULO 1 - DO FUNDO**

Artigo 1º - O DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR, doravante designado, abreviadamente, “FUNDO”, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, é regido pelo presente regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

§ 1º - O FUNDO é destinado exclusivamente a público reservado de investidores profissionais, conforme definidos na regulamentação aplicável em vigor, que sejam sócios, administradores, funcionários ou ainda cônjuges, companheiros ou descendentes de primeiro grau de sócios da ADMINISTRADORA e/ou de empresas a ela ligadas, coligadas, controladas, sob controle comum ou de qualquer forma pertencentes ao mesmo grupo econômico, inclusive aos fundos e/ou veículos de investimento que sejam exclusivos ou restritos ao público descrito neste parágrafo 1º.

§ 2º - Tendo em vista o disposto no parágrafo 1º acima, o FUNDO está dispensado da elaboração de lâmina de informações essenciais.

Artigo 2º - O FUNDO é administrado e gerido pela DYNAMO ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Ataulfo de Paiva, 1235, 6º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº. 72.116.353/0001-62, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº. 2422 para o exercício profissional de administração de carteira, previsto no Artigo 23 da Lei 6.385/76, doravante designada, abreviadamente, “ADMINISTRADORA”.

§ Único - Os serviços de tesouraria, controle e processamento, contabilização e custódia dos ativos financeiros e de escrituração da emissão e resgate de cotas serão prestados pelo BANCO BRADESCO S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº. 60.746.948/0001-12, autorizado pelo Ato Declaratório CVM nº. 1432, de 27/06/1990, para o exercício profissional de custódia de valores mobiliários, previsto no Artigo 24 da Lei 6.385/76, doravante designado, abreviadamente, “CUSTODIANTE”.

**CAPÍTULO 2 - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

Artigo 3º - O objetivo do FUNDO é proporcionar a seus participantes valorização real a médio e longo prazo de suas cotas, mediante aplicação de recursos em carteira de ativos financeiros, no Brasil ou no exterior, tendo como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado e a variação cambial dos investimentos detidos no exterior em relação ao Real, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor.

§ Único – Tendo em vista a política de investimentos acima descrita, o FUNDO se caracteriza como um fundo de ações, nos termos da regulamentação em vigor.

**CAPÍTULO 3 - DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA**

Artigo 4º - As aplicações do FUNDO subordinar-se-ão aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas disposições legais e regulamentares em vigor e deverão ser oriundas de subscrições ou de aquisições de ativos financeiros que sejam registrados em sistema de registro, objeto de custódia ou objeto de depósito central, em todos os casos junto a instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) ou pela Comissão de Valores

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

Mobiliários (“CVM”) para desempenhar referidas atividades, nas suas respectivas áreas de competência.

§ 1º - A descrição detalhada da política de investimento do FUNDO está prevista no Anexo I ao presente regulamento. Os limites estabelecidos no Anexo I deste regulamento devem ser considerados em conjunto e cumulativamente.

§ 2º - É permitido ao FUNDO realizar operações de empréstimo de ações, inclusive para realização de operações *short*, desde que tais operações sejam cursadas exclusivamente por meio de serviço autorizado pelo Bacen ou pela CVM.

§ 3º - O FUNDO poderá aplicar, direta ou indiretamente, em ativos financeiros no exterior que tenham a mesma natureza econômica dos ativos financeiros no Brasil referidos no Anexo I a este regulamento, desde que tais ativos financeiros no exterior observem, ao menos, uma das seguintes condições:

I – sejam registrados em sistema de registro, objeto de escrituração de ativos, objeto de custódia ou objeto de depósito central, em todos os casos, por instituições devidamente autorizadas em seus países de origem e supervisionadas por autoridade local reconhecida; ou

II – tenham sua existência diligentemente verificada pela ADMINISTRADORA ou pelo CUSTODIANTE, desde que tais ativos sejam escriturados ou custodiados, em ambos os casos, por entidade devidamente autorizada para o exercício da atividade por autoridade de países signatários do Tratado de Assunção ou em outras jurisdições, desde que, neste último caso, seja supervisionada por autoridade local reconhecida.

§ 4º - A realização pelo FUNDO de operações com derivativos no exterior e de aplicações em fundos de investimento ou veículos de investimento no exterior fica sujeita às disposições legais e regulamentares aplicáveis.

§ 5º - O FUNDO poderá realizar operações nas quais a ADMINISTRADORA ou as empresas a ela ligadas, bem como as carteiras, os fundos de investimentos e os clubes de investimento por elas administrados e/ou geridos atuem, direta ou indiretamente, como contraparte, observados os limites previstos no Anexo I a este regulamento.

§ 6º - O FUNDO, direta ou indiretamente, poderá manter ações de emissão da ADMINISTRADORA e/ou de empresas a ela ligadas em sua carteira nos casos admitidos pela regulamentação aplicável.

§ 7º - O FUNDO poderá aplicar em cotas de outros fundos de investimento, conforme limites previstos no Anexo I a este regulamento, observadas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

§ 8º - Antes de tomar uma decisão de investimento no FUNDO, os investidores devem considerar cuidadosamente, tendo em vista sua própria situação financeira e seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste regulamento e, em particular, avaliar os principais fatores de risco aos quais os investimentos no FUNDO estão sujeitos, conforme expostos, de forma não exaustiva, a seguir:

I - Risco de Mercado - como o FUNDO contabiliza seus ativos pelo “valor de mercado”, o FUNDO pode estar sujeito a uma variação expressiva no preço dos ativos financeiros que compõem sua carteira entre as respectivas datas de aquisição e de alienação, o que pode ocorrer em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, ou a notícias específicas a respeito dos emissores dos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados;

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

II - Risco de Mercado Externo - O FUNDO poderá investir parcela relevante de seu patrimônio em ativos financeiros negociados no exterior e, conseqüentemente, a performance do FUNDO pode ser afetada por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais ele invista ou, ainda, pela variação do Real em relação a outras moedas. Os investimentos do FUNDO estarão expostos a alterações nas condições política, econômica ou social nos países respectivos, o que pode afetar negativamente o valor de seus ativos. Podem ocorrer atrasos na transferência de juros, dividendos, ganhos de capital ou principal, entre países onde o FUNDO invista e o Brasil, o que pode interferir na liquidez e no desempenho do FUNDO. As operações do FUNDO poderão ser executadas em bolsas de valores, de mercadorias e futuros ou registradas em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira de diferentes países que, podem estar sujeitos a distintos níveis de regulamentação e supervisionados por autoridades locais reconhecidas, entretanto não existem garantias acerca da integridade das transações e nem, tampouco, sobre a igualdade de condições de acesso aos mercados locais.

III - Risco Cambial – As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado resultando em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do FUNDO. A GESTORA não tem obrigação de realizar operações nos mercados de derivativos para administrar a variação cambial existente entre a moeda brasileira (Real) e outras moedas. Na hipótese de tais operações serem realizadas, é possível que tais operações não minimizem a exposição total frente às oscilações cambiais, resultando em aumento ou redução no valor das cotas do FUNDO. Motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados de câmbio, seja decorrente de eventos programados tais como feriados ou de fatores extraordinários, poderão acarretar redução no valor das cotas do FUNDO, impossibilidade de observância dos objetivos de investimento do FUNDO ou ainda impactar de forma adversa o resgate dos investimentos pelos Cotistas nos termos deste Regulamento.

IV - Risco de Liquidez – o FUNDO pode estar sujeito a redução acentuada ou mesmo falta de demanda pelos ativos financeiros que compõem sua carteira, dificultando ou impedindo a venda de posições pela ADMINISTRADORA no preço e no momento desejados. A ausência e/ou diminuição da “liquidez” pode produzir perdas para o FUNDO e/ou a incapacidade, pelo FUNDO, de liquidar e/ou precificar adequadamente determinados ativos financeiros;

IV - Risco de Concentração - o FUNDO pode estar sujeito a significativa concentração, respectivamente, em ativos de um mesmo emissor ou em determinadas modalidades de ativos, observadas as disposições constantes da regulamentação em vigor e deste regulamento. A concentração da carteira do FUNDO acarreta o comprometimento de uma parcela maior de seu patrimônio em ativos financeiros de poucos emissores ou em uma única ou em poucas modalidades de ativos, potencializando, dessa forma, o risco nas hipóteses, respectivamente, de inadimplemento dos emissores dos ativos integrantes da carteira do FUNDO e/ou intermediários das operações realizadas na carteira do FUNDO ou, ainda, de desvalorização dos referidos ativos;

VI - Risco do Uso de Derivativos - os derivativos são contratos de liquidação futura que podem apresentar, durante períodos de tempo indeterminado, comportamentos diversos dos ativos nos quais são referenciados, visto que seus preços decorrem de diferentes fatores baseados em expectativas futuras. Pelo uso de tais instrumentos, portanto, o FUNDO pode estar sujeito a uma maior volatilidade em sua carteira e a variações significativas no valor de sua cota. **A utilização de estratégias com derivativos como parte integrante da política de investimento pode resultar em**

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

**significativas perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 5º abaixo;**

VII - Risco de Crédito – o FUNDO pode estar sujeito a risco de inadimplência por parte das contrapartes e dos emissores dos ativos financeiros componentes de sua carteira, tanto relativamente ao principal como aos respectivos juros de suas dívidas, podendo resultar em perda dos rendimentos e do capital investido pelo FUNDO. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção, mesmo que não fundamentada, que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores;

VIII - Risco de Restrição de Negociação - o FUNDO pode estar sujeito a restrições de negociação de alguns dos ativos componentes de sua carteira por parte das bolsas de valores e de mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos financeiros da carteira e precificação dos ativos poderá ser prejudicada, podendo inclusive ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, resultando em aumento ou redução no valor das cotas;

IX – Risco Regulatório - As eventuais alterações e/ou interpretações das normas ou leis aplicáveis ao FUNDO, incluindo, mas não se limitando, àquelas referentes a tributos e às regras e condições de investimento, podem causar um efeito adverso relevante ao FUNDO como, por exemplo, eventual impacto no preço dos ativos financeiros e/ou na performance das posições financeiras adquiridas pelo FUNDO, bem como a necessidade do FUNDO se desfazer de ativos que de outra forma permaneceriam em sua carteira;

X – Risco de Mercado Externo – FATCA - de acordo com as previsões do “Foreign Account Tax Compliance Act” (“FATCA”), constantes do ato “US Hiring Incentives to Restore Employment” (“HIRE”), os investimentos diretos ou indiretos do FUNDO em ativos americanos, os pagamentos recebidos pelo FUNDO advindos de fonte de renda americana após 31 de dezembro de 2013, os rendimentos brutos decorrentes de venda de propriedade americana recebidos pelo FUNDO após 31 de dezembro de 2016 e outros pagamentos recebidos pelo FUNDO após 31 de dezembro de 2016 aos quais possa se atribuir fonte de renda americana, poderão se sujeitar à tributação pelo imposto de renda americano na fonte, à alíquota de 30% (trinta por cento), exceto se o FUNDO cumprir com o FATCA. A observância ao FATCA será atendida através e em decorrência do acordo firmado com o Secretário do Tesouro Nacional dos Estados Unidos, segundo o qual o FUNDO, representado pela ADMINISTRADORA, concorda em entregar determinados relatórios e atender a determinados requisitos que dizem respeito à retenção de pagamentos feitos em favor de certos investidores do FUNDO ou, se o FUNDO for elegível, por ser presumido como um fundo que atende os requerimentos constantes do FATCA. O acordo entre o governo brasileiro e o governo americano (Intergovernmental Agreement – “IGA”, Modelo 1) foi firmado em 23 de setembro de 2014. Qualquer montante de tributos americanos retidos não deverá ser restituído pela autoridade fiscal americana (“Internal Revenue Service” – “IRS”). Ao aplicar no FUNDO, os cotistas reconhecem que o FUNDO pretende cumprir com qualquer e toda obrigação prevista na regulamentação do FATCA e qualquer outra a ela relacionada ou com o IGA relacionado ao FATCA, a fim de evitar a retenção prevista nessas regulamentações (“FATCA Withholding”), ou tomar quaisquer outras medidas que forem razoavelmente necessárias para evitar tal retenção sobre os pagamentos recebidos pelo FUNDO. Ao aplicar no FUNDO, os cotistas reconhecem que o FUNDO poderá, quando solicitado pela

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

regulamentação do FATCA: (i) requerer informações adicionais referentes aos cotistas e seus beneficiários finais, bem como formulários necessários para cumprir com as obrigações previstas no FATCA; e (ii) ser solicitado a apresentar relatórios referentes a informações relacionadas aos cotistas e seus beneficiários finais ao IRS e ao Tesouro Nacional americano, juntamente com as informações relacionadas aos pagamentos feitos pelo FUNDO a tais cotistas. Os potenciais investidores devem consultar seus assessores quanto às informações que possam ser requeridas para apresentação e divulgação ao agente pagador e distribuidor do FUNDO, e em certas circunstâncias para o IRS e ou para o Tesouro Nacional americano, como disposto no Regulamento do FATCA ou no IGA. Os investidores também são aconselhados a verificar com os seus distribuidores e custodiantes as suas intenções de cumprimento e atendimento aos requerimentos do FATCA. Caso um investidor seja identificado como americano nos termos do FATCA, retenções americanas poderão ser aplicadas aos investimentos estrangeiros do FUNDO e, portanto, os resultados decorrentes do FUNDO poderão ser impactados; e

XI - Risco de Enquadramento Fiscal - poderá haver alteração da regra tributária, criação de novos tributos, interpretação diversa da regra atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou, ainda, a revogação de isenções vigentes, sujeitando o FUNDO ou seus cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

Artigo 5º - O processo de avaliação e gerenciamento de risco da ADMINISTRADORA permeia todo o processo de decisão de investimento. O risco de um ativo não é determinado numericamente a partir de uma definição precisa de variância de retornos em torno da média, mas é incorporado como variável ao longo do processo de análise fundamentalista. Com relação à mensuração do risco da carteira, a abordagem praticada é prioritariamente bottom-up, com ênfase na análise específica de risco de cada um dos ativos. O risco de liquidez é acompanhado periodicamente pela ADMINISTRADORA por meio de testes de liquidez, ressaltando-se, porém, que uma menor liquidez não altera, necessariamente, os fundamentos e o valor intrínseco dos ativos investidos, não sendo obrigatoriamente fator decisivo de investimento ou desinvestimento. Adicionalmente, a ADMINISTRADORA considera as questões de diversificação dos setores subjacentes e sua implicação na concentração da carteira.

§ Único – Não obstante a diligência da ADMINISTRADORA em colocar em prática as políticas descritas acima, as aplicações do FUNDO, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitas a flutuações de mercado e aos riscos citados no § 8º do Artigo 3º acima, podendo por esse motivo ocorrer a perda parcial ou total do capital investido ou, ainda, patrimônio líquido negativo do FUNDO, ficando estabelecido que os cotistas, nesta última hipótese, serão responsáveis pela realização de aportes adicionais, conforme solicitado por meio de comunicação pela ADMINISTRADORA aos cotistas do FUNDO nos termos do artigo 27º, bem como devendo o FUNDO ser liquidado por deliberação da assembleia geral de cotistas.

Artigo 6º – Os cotistas, ao ingressarem no FUNDO, deverão atestar, mediante formalização de termo de adesão e ciência de risco, que tiveram acesso ao inteiro teor deste regulamento, bem como que têm ciência dos fatores de risco relativos ao FUNDO, inclusive, mas não limitadamente, os riscos decorrentes da possibilidade de significativa concentração da carteira em ativos financeiros de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes, que não há qualquer garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo FUNDO, que a concessão de registro para a venda de cotas do FUNDO não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do regulamento do FUNDO à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do FUNDO ou da ADMINISTRADORA e demais prestadores de serviços e que as estratégias de investimento do FUNDO podem resultar em perdas superiores ao capital aplicado.

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

Artigo 7º - Caso a CVM constate descumprimento dos limites de composição, diversificação de carteira e concentração de risco de que trata este regulamento, poderá determinar à ADMINISTRADORA, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a convocação de assembleia geral de cotistas para decidir sobre uma das seguintes alternativas:

I - transferência da administração do FUNDO;

II – incorporação a outro fundo;

III - liquidação do FUNDO.

§ Único - O desenquadramento passivo causado por fatos exógenos e alheios à vontade da ADMINISTRADORA, que causem alterações imprevisíveis e significativas no patrimônio líquido do FUNDO ou nas condições gerais do mercado de capitais, não sujeitará a ADMINISTRADORA ao disposto no *caput* e às penalidades aplicáveis, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos e não implique em alteração do tratamento tributário conferido ao FUNDO e aos seus cotistas.

#### **CAPÍTULO 4 - DA ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 8º - O FUNDO pagará pelos serviços de gestão e administração, percentual anual fixo de 0,10% (zero vírgula dez por cento) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, doravante denominada “Taxa de Administração”.

§ 1º - A Taxa de Administração será calculada na base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) da percentagem referida no *caput* deste artigo sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO. Esta remuneração será provisionada por dia útil e paga à ADMINISTRADORA mensalmente, por período vencido, observado o disposto no § 2º abaixo.

§ 2º - A Taxa de Administração acima estabelecida engloba a remuneração da ADMINISTRADORA e dos demais prestadores de serviços do FUNDO, que serão remunerados diretamente pelo FUNDO, na forma que vier a ser estabelecida em documentos próprios, excetuados aqueles cuja remuneração a partir da Taxa de Administração não é admitida pela regulamentação em vigor.

§ 3º- Não estão incluídas no limite de remuneração acima previsto as despesas classificadas como encargos do FUNDO, nos termos do artigo 12º deste regulamento.

§ 4º - O FUNDO estará sujeito ainda às taxas de administração e demais taxas cobradas pelos fundos de investimento junto aos quais o FUNDO eventualmente aplique seus recursos.

Artigo 9º - A ADMINISTRADORA não fará jus a remuneração com base nos resultados do fundo (taxa de performance).

Artigo 10º - O FUNDO pagará, pelos serviços de custódia, percentual anual máximo de 0,05% (cinco centésimos de por cento) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, doravante denominada “Taxa de Custódia”.

§ Único - A Taxa de Custódia será calculada na base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) da percentagem aplicável, nos termos do *caput* deste artigo, sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO. Esta remuneração será provisionada por dia útil e paga ao CUSTODIANTE mensalmente, por período vencido.

Artigo 11º - A ADMINISTRADORA tem poderes para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o de agir, comparecer e votar em assembleias gerais ou especiais. Pode, igualmente, abrir e movimentar contas bancárias; adquirir e alienar livremente ativos financeiros, transigir e praticar, enfim, todos os atos necessários à

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

administração da carteira, observadas as limitações deste regulamento e da legislação em vigor, especialmente a contratação de serviços para os quais não esteja legalmente habilitada.

§ 1º - A ADMINISTRADORA deve divulgar imediatamente qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do FUNDO ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir de modo ponderável no valor das cotas ou na decisão dos cotistas de adquirir, alienar ou manter tais cotas.

§ 2º - A divulgação das informações a que se refere este artigo deverá ser realizada através do Sistema de Envio de Documentos à CVM e mantida nas páginas na rede mundial de computadores da ADMINISTRADORA e dos distribuidores do FUNDO.

Artigo 12º - Constituirão encargos do FUNDO as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas pela ADMINISTRADORA:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II - despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas neste regulamento e na regulamentação em vigor;

III - despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;

IV - honorários e despesas do auditor independente;

V - emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;

VI - honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;

VII - parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo da ADMINISTRADORA e demais prestadores de serviço no exercício de suas respectivas funções;

VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do FUNDO;

IX - despesas com liquidação, registro, e custódia de operações com ativos financeiros, no Brasil ou no exterior;

X - despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;

XI – a Taxa de Administração; e

XII – os montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base nas taxas descritas no item XI acima, nos termos da regulamentação em vigor; e

XIII – honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

§ Único - As despesas não previstas neste regulamento ou na legislação vigente correrão por conta da ADMINISTRADORA.

**CAPÍTULO 5 - DA EMISSÃO, COLOCAÇÃO E RESGATE DE COTAS**

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

Artigo 13º - Não haverá taxa de ingresso no FUNDO.

Artigo 14º - As cotas do FUNDO correspondem a frações ideais de seu patrimônio e serão escriturais e nominativas.

§ 1º - A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do FUNDO.

§ 2º - É adotada a sistemática de números fracionários de cotas.

§ 3º - Será considerado dia útil para todos os fins deste regulamento, inclusive, mas não limitadamente, realização de aplicações e resgates junto ao FUNDO, todo dia que não seja feriado de âmbito nacional, estadual ou municipal que implique em fechamento da bolsa de valores ou da bolsa de mercadorias e futuros no Brasil.

Artigo 15º - Na emissão de cotas é utilizado o valor das cotas apurado no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos confiados pelos investidores em favor do FUNDO,

§ 1º - O valor da cota será calculado diariamente, com base na divisão do valor do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas no encerramento do dia.

§ 2º - Os recursos depositados pelos investidores para aquisição de cotas do FUNDO podem ser feitos por Transferência Eletrônica Disponível (TED), ou qualquer outro instrumento de transferência no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), em moeda corrente nacional.

§ 3º - Em casos especiais, por decisão da ADMINISTRADORA, poderão ser utilizados títulos ou valores mobiliários para aquisição/emissão de cotas. A avaliação desses ativos será aprovada em Assembléia Geral convocada exclusivamente para este fim. Ficam inalteradas as demais condições para emissão das cotas.

§ 4º - O investimento inicial mínimo no FUNDO é de R\$100.000,00 (cem mil reais) e as movimentações mínimas subsequentes serão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Adicionalmente, o saldo mínimo de permanência no FUNDO será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Artigo 16º - Será considerada como data de conversão das cotas, entendendo-se como tal a data de apuração do valor da cota para fins de pagamento dos resgates, o 90º (nonagésimo) dia subsequente à entrada do pedido de resgate na sede da ADMINISTRADORA, ou o primeiro dia útil subsequente, caso o 90º (nonagésimo) dia não seja dia útil.

Artigo 17º - A data de conversão de cotas pode, alternativamente, em caráter eventual, por pedido expresso e por escrito do cotista, ser antecipada. Para tanto, a ADMINISTRADORA deverá avaliar as condições de liquidez da carteira do Fundo e, em caso de liquidez suficiente para atendimento ao referido pedido, deverá a ADMINISTRADORA submeter tal pedido à aprovação da Assembléia Geral especialmente convocada para decidir sobre a matéria.

§ 1º - As Assembléias Gerais mencionadas no parágrafo anterior serão instaladas nos termos do Artigo 25º e suas deliberações serão tomadas pelo critério de maioria de cotas dos cotistas presentes.

§ 2º - Os cotistas dos FUNDO desde já declaram que é no melhor interesse dos mesmos referida possibilidade de antecipação eventual da data de conversão de cotas, não podendo a ADMINISTRADORA, em qualquer hipótese, ser responsabilizada por quaisquer impactos adversos ao FUNDO e/ou a cada cotista oriundos de eventual antecipação da data de conversão.



**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

Artigo 18º - O resgate será efetivado por crédito em conta-corrente ou ordem de pagamento, com a cobrança das taxas e tributos previstos.

§ 1º - Em casos especiais, por decisão da ADMINISTRADORA, o resgate poderá ser efetuado em ativos financeiros.

§ 2º - Quando assim decidido pela ADMINISTRADORA, o cotista deverá enviar os dados de conta de custódia em seu nome para transferência dos ativos, permanecendo inalterados os prazos previstos no artigo 19º.

§ 3º - Será transferido ao cotista o percentual referente ao resgate de cada um dos ativos financeiros que constituem a carteira, sendo que títulos de renda fixa com liquidez podem ser considerados como disponível para tais fins.

Artigo 19º - O pagamento do resgate de cotas do FUNDO será efetuado no 2º (segundo) dia útil subsequente à data de conversão das cotas.

Artigo 20º - Caso ultrapassado o prazo estabelecido no artigo 19º, será pago ao cotista, pela ADMINISTRADORA, acréscimo de multa no valor de 0,5% (meio por cento) ao dia de atraso sobre o valor do resgate.

Artigo 21º - As cotas do FUNDO não poderão ser objeto de cessão ou transferência, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação em vigor.

Artigo 22º - Os proventos monetários pelo FUNDO, notadamente, mas não limitado a dividendos e juros sobre o capital próprio, poderão ser, por deliberação da ADMINISTRADORA distribuídos diretamente aos cotistas na proporção das suas cotas.

## **CAPÍTULO 6 - DA ASSEMBLEIA GERAL**

Artigo 23º - Compete privativamente à assembleia geral de cotistas:

- I – deliberar sobre as demonstrações contábeis apresentadas pela ADMINISTRADORA;
- II - alterar o regulamento do FUNDO, exceto na hipótese descrita no § Único deste artigo;
- III - deliberar sobre a substituição da ADMINISTRADORA ou do CUSTODIANTE;
- IV - deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO;
- V - deliberar sobre o aumento da Taxa de Administração ou da Taxa de Custódia ou pelo estabelecimento de outras taxas;
- VI – deliberar sobre a alteração da política de investimento do FUNDO;
- VII – deliberar sobre as hipóteses de amortização e resgate compulsório de cotas que não estejam expressamente previstas neste regulamento (conforme aplicável); e
- VIII – deliberar sobre a prestação de fiança, aval, aceite ou coobrigação pelo FUNDO sob qualquer outra forma.

§ Único - O regulamento do FUNDO poderá ser alterado independentemente da deliberação da assembleia geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM ou de entidade autorreguladora ou de adequação a normas legais ou regulamentares ou for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

da ADMINISTRADORA ou dos prestadores de serviços do FUNDO, hipóteses em que deverá ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias da alteração, a necessária comunicação aos cotistas, ou envolver redução da Taxa de Administração ou da Taxa de Custódia, hipóteses em que deverá ser providenciada a imediata comunicação aos cotistas.

Artigo 24º - A convocação de assembleia geral deve ser encaminhada a cada um dos cotistas e disponibilizada nas páginas da ADMINISTRADORA e dos distribuidores na rede mundial de computadores, observado o disposto no artigo 28º abaixo.

§ 1º - Da convocação constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembleia e, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da assembleia geral.

§ 2º - A convocação da assembleia geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de sua realização, e o aviso de convocação deve indicar a página na rede mundial de computadores em que o cotista pode acessar os documentos pertinentes às propostas objeto da assembleia.

§ 3º - A presença da totalidade dos cotistas supre a falta da convocação prevista neste artigo.

§ 4º - A assembleia geral poderá ser convocada pela ADMINISTRADORA, pelo CUSTODIANTE ou por cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas pelo FUNDO.

Artigo 25º - Na assembleia geral, que poderá ser instalada com qualquer número de cotistas, as deliberações poderão ser tomadas pelo critério de maioria de cotas dos presentes, correspondendo a cada cota um voto, salvo na hipótese do artigo 23º, inciso VIII acima.

Artigo 26º - Somente podem votar na assembleia geral os cotistas do FUNDO, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

§ Único - Os cotistas também poderão votar, a critério da ADMINISTRADORA e observados os procedimentos por ela estabelecidos na própria convocação, por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela ADMINISTRADORA antes do início da assembleia geral.

Artigo 27º - A ADMINISTRADORA disponibilizará, no prazo de 30 (trinta) dias da realização da assembleia geral e, observado o disposto no artigo 28º, um resumo das decisões tomadas.

§ Único - Caso a assembleia geral seja realizada nos últimos 10 (dez) dias do mês, a comunicação de que trata o *caput* poderá ser efetuada no extrato de conta relativo ao mês subsequente.

## **CAPÍTULO 7 - DA FORMA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Artigo 28º - A ADMINISTRADORA fica desde já autorizada, caso assim lhe convenha, a enviar, disponibilizar, comunicar, permitir o acesso ou divulgar aos cotistas as informações ou documentos a que se refere este regulamento e/ou a legislação em vigor, por meio de canais eletrônicos, incluindo, mas não limitadamente, a rede mundial de computadores (internet), inclusive nos casos em que se faça necessária a “ciência”, “atesto”, “manifestação de voto” ou “concordância” dos cotistas, o que poderá ser feito por meio eletrônico (incluindo, mas não se limitando, à disponibilização de informações por meio da página da ADMINISTRADORA na rede mundial de computadores).

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

§ Único - Caso venha a se utilizar da prerrogativa acima conferida, a ADMINISTRADORA deverá enviar correspondências por meio físico aos cotistas que fizerem tal solicitação de forma expressa.

Artigo 29º - As demonstrações financeiras do FUNDO estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM, serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM e serão acompanhadas por relatório a respeito das operações e resultados do FUNDO, do qual conste, entre outras informações e comentários necessários, declaração de que foram obedecidas as disposições deste regulamento e da regulamentação em vigor.

§ Único - O exercício social do FUNDO terá duração de 1 (um) ano, com início em 1º de abril de cada ano e término em 31 de março do ano subsequente.

#### **CAPÍTULO 8 - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Artigo 30º - Entender-se-á por patrimônio líquido do FUNDO a diferença entre o total do ativo realizável e do passivo exigível.

§ Único - Para se determinar o valor da carteira, serão observados os critérios estabelecidos pela legislação em vigor.

#### **CAPÍTULO 9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 31º - Aplicam-se ao FUNDO todas as disposições da legislação em vigor, ainda que não estejam transcritas neste regulamento.

Artigo 32º - Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste regulamento.

Dynamo Administração de Recursos Ltda.

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

**ANEXO I AO REGULAMENTO DO DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES –**  
**INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

<b>LIMITES POR ATIVO</b> <b>(% do patrimônio do FUNDO)</b>		
<b>Legislação</b>	<b>Fundo</b>	<b>Descrição dos Ativos Financeiros</b>
<b>GRUPO I – No mínimo 67%</b>	<b>Permitido</b>	Ações, bônus e recibos de subscrição, certificados de depósito de ações, admitidos à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado.
	<b>Permitido</b>	<i>Brazilian Depositary Receipts (BDR)</i> classificados, de acordo com a regulamentação em vigor, como nível II ou III, admitidos à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado.
	<b>Permitido</b>	Cotas de fundos de ações e cotas de fundos de índice de ações (Fundos de Índice de Ações) admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado.
<b>GRUPO II – Até 33%</b>	<b>Permitido</b>	Cotas de FI e FIC registrados com base na Instrução CVM 555/14 (inclusive aqueles destinados à investidores qualificados) e que não sejam classificados como Ações.
	<b>Permitido</b>	Cotas de fundos de investimento em índices não previstos no GRUPO I.
	<b>Permitido</b>	Títulos públicos federais.
	<b>Permitido</b>	Títulos públicos estaduais e municipais.
	<b>Permitido</b>	Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em mercado organizado.
	<b>Permitido</b>	Debêntures cuja emissão não tenha sido objeto de oferta pública, desde que admitidas à negociação em mercados organizados.
	<b>Permitido</b>	Notas Promissórias e Debêntures emitidas por Companhias Abertas, desde que por meio de oferta pública.
	<b>Permitido</b>	Cotas de FIDC e FICFIDC
	<b>Vedado (*)</b>	Cotas de FMIEE
	<b>Permitido</b>	Cotas de FII
	<b>Permitido</b>	CRI
	<b>Permitido</b>	Cotas de FIP e FICFIP
	<b>Permitido</b>	Valores mobiliários não previstos nos GRUPOS I, II e III, desde que tenham sido objeto de oferta pública registrada na CVM.
<b>Permitido</b>	<u>Outros ativos financeiros não previstos nos GRUPOS I, II e III, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes: warrants</u> , contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias ou serviços para entrega ou prestação futura, títulos ou certificados representativos desses contratos, cédulas de crédito bancário (CCB), notas de crédito à exportação (NCE), cédulas de crédito à exportação (CCE), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), cédula do produtor rural (CPR), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), certificado de depósito agropecuário.	
<b>Permitido</b>	Títulos de emissão ou coobrigação de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen.	
<b>GRUPO III - Até 33%</b>	<b>Permitido</b>	Cotas de FIDC NP e FICFIDC NP

**REGULAMENTO**  
**DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – INVESTIMENTO NO EXTERIOR**  
**CNPJ/ME nº: 37.564.486/0001-09**

	<b>Permitido</b>	Cotas de FI e FIC registrados com base na Instrução CVM nº 555/14, destinados a investidores profissionais.
<b>GRUPO IV – Até 100%</b>	<b>Permitido</b>	Investimento no Exterior: desde que compatível com a política do FUNDO, bem como observada a regulamentação em vigor e as disposições deste Regulamento: (i) diretamente ou indiretamente, ativos financeiros e contratos de derivativos emitidos no exterior; e (ii) indiretamente, fundos de investimento/veículos de investimento constituídos no exterior.

(\*) Apesar das restrições de o FUNDO aplicar diretamente em determinados ativos, os fundos de investimento nos quais o FUNDO aplica seus recursos podem adquirir tais ativos nos limites dos respectivos regulamentos.

<b>LIMITES POR EMISSOR</b> (% do patrimônio do FUNDO)		
Legislação	Fundo	Emissor
Até 33%	<b>Permitido</b>	Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen.
	<b>Vedado (*)</b>	Instituição financeira não bancária autorizada a funcionar pelo Bacen.
Até 33%	<b>Permitido</b>	Companhia aberta, exceto ações
Até 33%	<b>Permitido</b>	Fundo de investimento, exceto ações
Até 33%	<b>Permitido</b>	Pessoa natural ou jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen.

**O investimento do FUNDO em ativos de renda variável não está sujeito aos limites de concentração por emissor acima, podendo o FUNDO estar exposto a significativa concentração em ativos financeiros de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.**

**Adicionalmente, não há limites quando o emissor for a União Federal.**

<b>LIMITE PARA OPERAÇÕES COMPROMISSADAS</b> (% do patrimônio do FUNDO)		
Legislação	Fundo	Descrição das Operações Compromissadas
Até 33%	<b>Permitido</b>	Operações Compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais.
	<b>Permitido</b>	Operações Compromissadas com lastro em Títulos Privados de responsabilidade, emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

**Os títulos de renda fixa recebidos como lastro das operações compromissadas serão considerados para fins dos limites estabelecidos nos demais quadros deste Anexo, bem como o respectivo cômputo do ativo em relação ao patrimônio do FUNDO também observará as condições previstas na legislação em vigor.**

<b>DERIVATIVOS</b>	
Hedge e posicionamento	Sem limites (*), inclusive para fins de alavancagem do patrimônio líquido do FUNDO

**Este FUNDO também poderá aplicar seus recursos em fundos de investimento que utilizem estratégias com derivativos como parte integrante de suas respectivas políticas de investimento, inclusive para fins de alavancagem sem limite definido.**

**(\*) Exceto se referenciados nos ativos listados nos Grupos II, III e IV, hipótese em que os respectivos limites ali estabelecidos deverão ser observados conforme os ativos subjacentes dos contratos de derivativos em questão.**

<b>OPERAÇÕES COM A ADMINISTRADORA</b> (% do patrimônio do FUNDO)	
Sem limite máximo (*)	Contraparte ADMINISTRADORA e empresas ligadas, inclusive veículos de investimento por eles administrados ou geridos.
	Ativos financeiros emitidos pela ADMINISTRADORA e empresas ligadas, sendo vedada a aquisição de ações da ADMINISTRADORA
	Cotas de fundos de investimento administrados pela ADMINISTRADORA e empresas ligadas.

(\*) Para fins do cômputo das operações acima, devem ser observados os Limites por Ativo e por Emissor, conforme descritos acima.